



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Conselho de Alimentação Escolar do Distrito Federal

ATA

ATA DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO DISTRITO FEDERAL - CAEDDF Em onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às 14h35, por meio de videoconferência, em virtude da necessidade de isolamento social, que se deve às orientações das autoridades sanitárias e ao decreto Nº 40.583, de 01 de abril de 2020, sob a Presidência do Conselheiro Thiago Ferreira Dias, foi realizada a **189ª Reunião Ordinária** que teve como pauta: 1) Leitura da ata da reunião anterior, previamente enviada por e-mail e assinada eletronicamente pelos conselheiros presentes. 2) Informes. Documentos enviados e recebidos. 3) Relato da Presidência sobre a reunião com a Diretoria de Alimentação Escolar (SEE/SIAE/DIAE) acerca das próximas distribuições de alimentos aos estudantes da rede pública de ensino. 4) Relato sobre as reuniões realizadas com os deputados distritais até a presente data. 5) Encaminhamentos. Estavam presentes os conselheiros que assinam esta ata eletronicamente e ausentes, por motivo justificado os conselheiros Samuel Fernandes - representante do SINPRO; Nilvia Rodrigues - representante do SAE/DF e Cristiane Machado Rodrigues, representante de Pais de Alunos. Não houve justificativa de ausência dos conselheiros Wellington Ricardo Lázaro Pinto, Paulo César Freitas Sales e Nathália Lopes Mourão – representantes dos discentes (Entidade DAMNS) e Cristiano Pacheco Lustosa – representante do Poder Executivo. A Secretária Executiva substituta prosseguiu com a **leitura da ata da 188ª Reunião Ordinária**, aprovada por todos e assinada eletronicamente. Em continuidade à reunião a Secretária Executiva substituta deu ciência a todos sobre os **2) Informes. Documentos enviados e recebidos** desde a data da última Reunião Ordinária, em 14/10/2020. Foram enviados os documentos: a) Solicitação do número de alunos da rede pública de ensino que residem em Regiões Administrativas diferentes daquelas onde estudam e que necessitam da utilização do passe livre estudantil à Secretaria de Mobilidade e à COODEPLAN; b) Informações sobre a execução financeira do PNAE do DF à Secretaria de Educação (SEEDF). **Foram recebidos os documentos:** c) E-mail do Deputado Fábio Félix informando disponibilidade para reunião virtual que aconteceu no dia 04/11; d) ofício da SEEDF informando sobre a distribuição de alimentos aos estudantes da rede pública; e) ofício da SEEDF respondendo a denúncia sobre a qualidade dos alimentos entregues nas escolas do PPC; f) ofício da SEEDF sobre a relação das unidades escolares reformadas e inauguradas nos anos de 2019 e 2020. Todos os documentos recebidos foram enviados aos conselheiros por *e-mail*. As conselheiras Karla Carvalhal e Eliane Marinho informaram não ter recebido os documentos e solicitaram o re-envio. A fala foi franqueada ao Presidente do Conselho, que conduziu a reunião ao item **3) Relato da Presidência sobre reunião com a Diretoria de Alimentação Escolar (DIAE) acerca das entregas das cestas e kits de alimentos**. O Presidente Thiago Dias informou aos conselheiros presentes que a Diretoria de Alimentação Escolar não confirmou a distribuições de alimentos aos estudantes da rede pública de ensino e que a equipe técnica analisava a viabilidade da realização de novas distribuições. Na ocasião, o Vice-Presidente apresentou para a Diretoria as dificuldades enfrentadas pelos conselheiros nas visitas de acompanhamento da entrega dos kits, quais sejam: alimentos estragados (especialmente o gênero morango), gêneros que não foram entregues em algumas escolas da Coordenação Regional de Ensino do Guará e desrespeito de pais e/ou responsáveis ao distanciamento social. O conselheiro Nivaldo Felix, representante do Poder Executivo, informou que não haverá nova distribuição de alimentos aos estudantes em 2020. A conselheira Lucelita Santos Reis, representante da Associação de Pais de Alunos, informou aos presentes que os processos licitatórios que visam a aquisição de gêneros e serviços foram recolhidos e questionou o conselheiro Nivaldo Felix o motivo pelo qual a SEEDF adotou essa conduta. O conselheiro Nivaldo Felix informou que não houve

recolhimento de processos licitatórios e esclareceu que a nova gestão determinou que fossem feitas revisões nos procedimentos, no modelo de uma “auditoria interna”, e que os processos relacionados ao transporte escolar e obras também passam pela mesma revisão. Acrescentou que a Secretaria de Educação não peca por ter um olhar mais atento uma vez que alguns processos já estavam em andamento no momento em que assumiram a gestão da Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional (SEE/SIAE). Informou ainda que alguns pregões foram encerrados pois não haverá aquisição de novos alimentos no ano. O Presidente questionou se há processo de aquisição de alimentos para 2021. O conselheiro Nivaldo informou que existem licitações que já foram finalizadas com sucesso e novos processos de licitação estão sendo deflagrados. Acrescentou que há a possibilidade de aquisição de alimentos em regime emergencial, caso necessário, em razão da pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19); no entanto, a equipe técnica trabalha no sentido de viabilizar todas as licitações. A conselheira Karla Carvalho (Suplente/Sociedade Civil/OSB) questionou se foi encerrado o contrato do depósito de alimentos. O conselheiro Nivaldo informou que o contrato ainda está vigente; que há um resqúcio de alimentos armazenados e que a equipe está revendo a forma de contratação de armazenamento e entrega de gêneros, uma vez que as entregas deverão ser readequadas à nova realidade, bem como haverá a revisão dos protocolos. Acrescentou que não se sabe se o número de alunos irá aumentar em 2021; não se sabe se haverá a manutenção da aula remota, onde em uma semana 50% dos alunos assistem as aulas presencialmente e 50% dos alunos assistem as aulas por meio eletrônico. O ensino híbrido, se mantido, trará um impacto na quantidade de alimentos a serem armazenados e transportados e, por esse motivo, a equipe revisará as modalidades de contratação. Finalizados os questionamentos, o Presidente conduziu a reunião ao

item 4) Relato das reuniões realizadas com os Deputados Distritais Leandro Grass, Fábio Félix e Chico Vigilante.

O Presidente solicitou a fala dos conselheiros que participaram das reuniões. O **conselheiro Nivaldo** informou ter participado das 03 (três) reuniões e ressaltou que os Deputados estão dispostos a dialogar com a SEEDF com o objetivo de otimizar esforços e recursos destinados às escolas. Informou ser comum os Deputados destinarem verba parlamentar para auxiliar determinada escola mas que, muitas vezes, o valor da reforma que a escola necessita é superior ao valor destinado pelo Deputado. Informou que a Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional (SEE/SIAE) realiza o levantamento das demandas das escolas nas mais variadas estruturas, para que a SEEDF possa otimizar a execução das emendas. **A conselheira Karla Carvalho** registrou a importância de persistir com a ideia de instituir uma frente parlamentar em apoio da alimentação escolar e acredita que a medida enriqueceria as discussões e aproximaria os parlamentares das questões relativas à alimentação dos estudantes da rede pública de ensino. **O conselheiro Vice-Presidente Paulo Roberto** esclareceu aos presentes que a intenção de se criar uma frente parlamentar é mais abrangente do que a criação de um grupo de trabalho, podendo-se discutir questões relativas à alimentação escolar e reformas/melhorias estruturais das cozinhas, depósitos e refeitórios. **A conselheira Karla Carvalho** registrou que é de extrema importância e urgência que a Secretaria de Educação estabeleça procedimentos eficazes para a promoção da alimentação escolar adequada aos estudantes que possuem necessidades alimentares específicas e sugeriu que a problemática seja discutida no âmbito da frente parlamentar. Os conselheiros presentes, por unanimidade, concordaram com a urgência com que o tema deve ser tratado. **A conselheira Gabrielle Costa**, representante de Pais de Alunos, informou ser importante a criação da frente parlamentar uma vez que irá contribuir com as demandas das escolas. Em relação à alimentação específica, registrou ter conhecimento do caso de um aluno que passou por grave problema na escola por ter recebido alimento impróprio para o seu consumo, mesmo após a mãe ter comunicado da especificidade alimentar à escola, e houve o fechamento da glote. **O conselheiro Ricardo Gama**, representante do SINPRO-DF, registrou ter participado da reunião com o deputado Chico Vigilante e ratificou a fala dos demais conselheiros. **O Presidente Thiago Dias** colocou em votação a criação da frente parlamentar e, por unanimidade, os conselheiros presentes foram a favor da sugestão. O Presidente informou que as reuniões com os deputados continuarão a acontecer, independente da instituição da frente parlamentar. **A conselheira Francisca Xavier**, representante de Pais de Alunos, registrou a importância da instituição da frente

parlamentar e sugeriu que os Presidentes das Comissões da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), cujas atividades se relacionam com o tema, sejam convidados a participar da frente parlamentar. **Sobre a necessidade de debater sobre a alimentação escolar dos estudantes com necessidades alimentares específicas, os conselheiros se manifestaram pelo seguinte: o Vice-Presidente Paulo Roberto** informou ser representante da Associação dos Celíacos em conjunto com a conselheira Adriana Vaz; informou que a Secretaria de Educação repassa a responsabilidade de aquisição de alimentos específicos aos diretores das escolas, que por sua vez encontram dificuldades em vencer a burocracia da aquisição desses produtos com a verba do PDAF; finalizou informando que o problema persiste pela falta de gestão da Secretaria de Educação. **A conselheira Maria Cristina**, representante do Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região (CRN-1), informou ter lido o Plano Distrital de Educação (PDE), documento decenal que informa, além de outros temas, as metas relacionadas à adequação da infraestrutura das escolas e o Relatório Anual de Monitoramento do PDE, onde equipes técnicas avaliam as metas estabelecidas no PDE e fazem alterações no Plano. Na nova avaliação consta a construção de escolas em colaboração com União, com padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em regiões de maior índice populacional e em áreas de vulnerabilidade social. Nas questões relacionadas à infraestrutura os técnicos se referem a bibliotecas, banheiros, esgoto sanitário, água potável, acessibilidade, dentre outros, mas nada é falado sobre cozinhas e refeitórios. Esses ambientes são abordados apenas quando se fala em educação integral. A conselheira questionou o conselheiro Nivaldo Felix sobre a possibilidade de realizar sugestões e alterações no PDE e acrescentar a necessidade de se adequar as cozinhas, depósitos e refeitórios. Além disso, ressaltou a urgência de se informatizar a gestão da alimentação escolar, pois o nível central não tem controle do que se tem nos depósitos, além das planilhas de controle serem precárias e susceptíveis a erros. Registrou a gravidade de se determinar a distribuição de alimentos contidos nos depósitos das escolas sem se ter o conhecimento de quais e quantos são esses alimentos. Alimentos foram descartados porque estavam vencidos e outros foram doados não aos alunos, pois a logística para distribuir alimentos aos estudantes é complexa e demanda tempo. **O conselheiro Nivaldo Felix** esclareceu que o PDE é um documento decenal e geral, não sendo tratados assuntos específicos e que quando há necessidade o documento pode ser alterado. A Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional (SEE/SIAE) faz hoje uma análise das estruturas das escolas; algumas unidades já estão sendo reformadas em outras estruturas e outras já passaram por reformas em cozinhas. Afirmou que a SIAE está sensível às demandas das cozinhas, depósitos e refeitórios, especialmente das escolas que receberão as salas de aula modulares. Registrou que outra questão a ser considerada é que hoje os cardápios da alimentação escolar estão mais saudáveis e há a presença de mais alimentos *in natura*, o que exige boas condições e equipamentos para armazenamento. Em relação à educação integral, acrescentou que há alunos que fazem 05 refeições na escola e que as escolas precisam, de fato, ter cozinhas, depósitos e refeitórios adequados para atender melhor o aluno e proporcionar melhores condições de trabalho aos merendeiros. Informou que o Relatório de Monitoramento é exemplificativo e pode sofrer modificações. No CAE se discute com ênfase a estrutura das cozinhas, depósitos e refeitórios, mas as escolas possuem outros problemas graves de ordem sanitária, como por exemplo bebedouros e banheiros. A Subsecretaria trabalha para adequar as demandas de maneira rápida e técnica. Agradeceu o acompanhamento da conselheira Maria Cristina ao PDE e Relatórios de Monitoramento e registrou que são documentos que nem sempre são acompanhados ou conhecidos pela sociedade. **A conselheira Maria Cristina** fez outros 2 questionamentos, quais sejam: a) sobre as demandas estruturais das cozinhas, depósitos e refeitórios, há a demanda por uma modificação do PDE?; b) sobre a demanda de alimentação escolar específica para os alunos com necessidades alimentares especiais, o Programa Saúde na Escola (PSE) não poderia resolver a problemática da falta dos laudos médicos? O conselheiro Nivaldo Felix esclareceu, sobre a primeira pergunta, que a SEEDF possui demandas estruturais urgentes e que já estão sendo executadas, como por exemplo a ampliação das salas modulares, cuja previsão é de serem concluídas em 120 dias. Acrescentou que a licitação das salas está em fase de recurso; que a previsão de entrega é para o próximo semestre e não serão incorporadas às matrículas do início do ano letivo. Assim, a

SEEDF poderá realizar um planejamento para ampliação das cozinhas e depósitos dessas escolas. Sobre o item 2, o conselheiro Nivaldo Felix acredita que o PSE é um caminho para se encontrar uma solução para a demanda, mas que não vê uma saída rápida para o problema. Acredita que formalizar um convênio hoje para atender os estudantes da rede pública de ensino é complicado porque o SUS é um Sistema Único e que até para atendimento das comunidades o Sistema passa por dificuldades. Acrescentou que a Diretoria de Saúde do Escolar (SEE/SIAE/DISAE) possui atribuições abrangentes e muitas demandas inerentes à saúde do aluno perpassam pela necessidade de laudos médicos e psiquiátricos. **A palavra foi franqueada ao Vice-Presidente Paulo Roberto**, que registrou considerar difícil o atendimento desses alunos de maneira rápida e adequada. O Presidente informou que antigamente o PSE era bom e atuante e percebe que hoje em dia não tem atuação e pouco se sabe do Programa. A conselheira Maína Ribeiro, representante do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar da Unb, complementou as reflexões a respeito da parceria da SEEDF e SES por meio do PSE informando saber que o Programa existe, mas que não possui uma abrangência completa; registrou que o ambiente escolar é o mais estratégico para alimentação escolar; sugeriu resgatar o debate do fornecimento de alimentos específicos com a Diretoria de Alimentação Escolar e fomentar a parceria com a Secretaria de Saúde. A conselheira Adriana Vaz, representante da Associação dos Celíacos, registrou que o ideal seria desburocratizar os procedimentos. Informou que a doença celíaca é grave e que se não tratada corretamente pode acarretar em outras doenças mais graves, como o câncer. A conselheira Maria Cristina esclareceu que a SEDF possui uma portaria que permite a aquisição de alimentos específicos, para diabéticos, celíacos, etc, mas que a dificuldade da aquisição é que a Portaria exige a apresentação do laudo médico pelas famílias, e que sem o laudo médico não é possível adquirir os alimentos especiais. Informou já ter trabalhado no PSE em um posto de saúde e que quando alunos necessitavam de laudo médico o posto de saúde se mobilizava para atender esses alunos com a realização de mutirões. Acrescentou que todas as Coordenações Regionais de Ensino possuem o PSE, mas desconhece qualquer mobilização para atender a demanda. A reunião foi conduzida aos encaminhamentos. **5) Encaminhamentos.** 5.1) Retomar o diálogo com a Diretoria de Alimentação Escolar (SEE/SIAE/DIAE) acerca do fornecimento de alimentação escolar apropriada aos alunos que possuem necessidades alimentares especiais; bem como incentivar a parceria da Secretaria de Educação com a Secretaria de Saúde para emissão de laudos médicos para os estudantes que possuem necessidades alimentares especiais; 5.2) oficiar a Câmara Legislativa do Distrito Federal a formalizar a frente parlamentar para tratar de assuntos relativos à alimentação escolar dos estudantes da rede pública de ensino; 5.3) encaminhar a minuta de resposta ao FNDE para os conselheiros para conhecimento e contribuições; 5.4 re-enviar os documentos recebidos no período às conselheiras Karla Carvalhal e Eliane Marinho. O Presidente Thiago Dias agradeceu a presença de todos e parabenizou o trabalho dos coordenadores das comissões permanentes do Conselho. Nada mais havendo a ser tratado e ninguém querendo fazer o uso da palavra a reunião foi encerrada às 17h45. Secretária Executiva Substituta: Helaine Felicissimo da Silva.

Presentes:

Presidente Thiago Ferreira Dias (Pais de Alunos - ASPA)

Vice-Presidente Paulo Roberto Ferreira da Silva (Sociedade Civil - ACELBRA-DF)

Nivaldo Vieira Felix (Poder Executivo - SEEDF)

Ricardo Gama (SINPRO-DF)

Eliane Marinho (SAE/DF)

Lucelita Santos Reis (Pais de Alunos - ASPA)

Gabriele Costa da Silva

Francisca de Almeida Xavier (Pais de Alunos - ASPA)

Adriana Cruz Vaz (ACELBRA-DF)

Karla Lustosa de Mello Carvalho (Sociedade Civil - OSB-DF)

Maína Ribeiro Pereira Castro (Sociedade Civil - OPSAN-UnB)

Maria Cristina Guedes de Souza (Sociedade Civil - CRN-1)

Raíssa Valente Staffuzza (Sociedade Civil - OSB-DF)

Priscila Claudino de Almeida (Sociedade Civil - CRN-1)

Helaine Felicíssimo (Secretária Executiva Substituta)



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CRISTINA GUEDES DE SOUZA, RG n.º 1350348 ? SSP-DF, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 12:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Lustosa de Mello Carvalho, RG n.º 2298035 ? SSP-DF, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 12:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO GAMA - Matr. 00344389, Professor(a) de Educação Básica**, em 08/12/2020, às 15:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO VIEIRA FELIX - Matr. 00463493, Assessor(a) Especial**, em 08/12/2020, às 17:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=50593963)
verificador= **50593963** código CRC= **D2631EA7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF